



**Estado do Rio de Janeiro.**  
**Município de Paracambi.**

---

INSTRUMENTO DE CONVÊNIO Nº **001/2017** QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E BOOMERANG'S PARACAMBI MOTO CLUBE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.054/2013, E DO CONSTANTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1392/2017.

**CONVENIENTE:** MUNICÍPIO DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.138.294/0001-02, apresentado pelo Exmo. Prefeita Srª Lucimar Cristina da Silva Ferreira portador da Carteira de Identidade nº 010.309.574-1, Detran/ inscrito sob o nº CPF/MF sob o nº 073.347.827-12, residente e domiciliado na Rua Bezerra de Menezes, nº 01, Lages Paracambi/RJ.

**CONVENIADA:** BOOMERANG'S PARACAMBI MOTO CLUBE pessoa jurídica de direito privado (associação ou organização religiosa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.252.235/0001-10 com sede na Rua Francisco Farnezes nº 270 Amapá, Paracambi/RJ, neste ato apresentada por Ivando Basilio de Assis Brasileiro, casado, carteiro, portador da Carteira de Identidade nº 044376911 IFP inscrito no CPF/MF sob o nº 581154557-68 residente e domiciliado na Estrada Alziro Zarur nº 49 centro Paracambi-RJ

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO que celebram entre si, o MUNICÍPIO DE PARACAMBI e BOOMERANG'S PARACAMBI MOTO CLUBE acorda-se o repasse de recursos financeiros para subvenção cultural, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo aduzidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O presente convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros em favor da CONVENIADA, para o cumprimento do Calendário Cultural e Artístico da Cidade (Programa 49 – Paracambi Cultural, Ação 2121), para a promoção do evento cultural denominado “aniversário boomerang's”, com a contrapartida o compromisso social de fazer apresentações públicas e gratuitas no montante dos recursos aportados pelo Município visando a difusão cultura da cidade de Paracambi, nos termos do plano de trabalho aprovado pela Secretaria de Cultura e Turismo, conforme da Lei Municipal Nº 1.054/2013.

**Parágrafo único** - Será de responsabilidade da Secretaria de Cultura e Turismo a fiscalização e acompanhamento das atividades e obrigações da CONVENIADA, ofertando aos órgãos a que se refere a cláusula segunda, relatório circunstanciado, com manifestação conclusiva quanto à regularidade e cumprimento do plano de trabalho.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A CONVENIADA deverá prestar contas dos recursos recebidos até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao recebimento do recurso à



**Estado do Rio de Janeiro.**  
**Município de Paracambi.**

Controladoria Geral, que deverá proceder ao exame contábil e financeiro dos documentos, para auditoria sobre a respectiva regularidade, submetendo-o, após, aos órgãos de controle externo.

§1º - Com base em documentos contábeis, fiscais e gerenciais, os órgãos a que se refere o *caput* desta cláusula, deverão emitir parecer conclusivo sobre a aplicação dos recursos repassados à entidade conveniada, que atenda além da transparência da gestão, definida pelo art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e das exigências de normas específicas, ateste, no mínimo:

I - o recebimento da prestação de contas da entidade beneficiária, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

II - datas da prestação de contas e dos repasses concedidos;

III - os valores transferidos e os comprovados, por fontes de recursos;

IV - a localização e o regular funcionamento da entidade que recebeu os recursos;

V - a finalidade estatutária da entidade beneficiária;

VI - descrição do objeto dos recursos repassados e dos resultados alcançados;

VII - o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

VIII - a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pelos controles internos do CONVENENTE.

§2º - Os saldos de Convênio repassados para entidade e enquanto utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês. Auferidas tais receitas, estas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as respectivas prestações de contas, conforme determinar os §§4º e 5º do art. 116 da Lei nº 8.666/93.

§3º - A CONVENIADA manterá em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas do CONVENENTE, os documentos a que se refere o *caput*, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma desta Lei, e estará obrigada a disponibilizá-los sempre que solicitado.



**Estado do Rio de Janeiro.**  
**Município de Paracambi.**

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas decorrentes da execução deste convênio correrão por conta da dotação orçamentária codificada sob nº1922 sendo repassado o valor de R\$18.000,00 em 02 de maio de 2017.

Parágrafo único – O valor repassado poderá ser aplicado nos seguintes itens: Palco, som e iluminação, bandas, banheiros químicos Light, estudo de rede, segurança, café da manhã, troféus, propaganda móvel e cartazes.

CLÁUSULA QUARTA - A CONVENIADA é proibida de redistribuir os recursos que cuida o presente, bem como de prorrogar o prazo de sua aplicação, sem que haja prévia e expressa autorização do CONVENENTE, ficando suspensas novas concessões em caso de inadimplência.

CLÁUSULA QUINTA - O CONVENENTE rescindir unilateralmente o presente convênio sempre que a CONVENIADA deixar de cumprir qualquer uma das cláusulas constantes deste convênio, bem como do plano de trabalho aprovado pela Secretaria de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SEXTA - O presente convênio poderá ser denunciado unilateralmente por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvado o disposto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SÉTIMA - Quando da conclusão, denúncia, resolução ou qualquer outra forma de extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela Controladoria Geral do CONVENENTE.

CLÁUSULA OITAVA - O presente convênio vigorará até 31 de dezembro do corrente ano.

CLÁUSULA NONA - Fica eleito o foro da Comarca de Paracambi, para dirimir as questões referentes à execução deste convênio, que não puderem ser resolvidas amigavelmente, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim terem ajustado, assinam o presente instrumento de convênio em quatro vias de igual teor para um só efeito.

Gabinete da Prefeita, 02 de maio de 2017.

---

Eliane Duarte Rosse  
Sec. Municipal de Cultura e Turismo

---

Ivando Basilio de Assis  
Presidente – Boomerang's Paracambi Moto Clube